SEMANA TEOLÓGICA DA UNICAP

A VISÃO ÉTICA E CRISTÃ DE DESENVOLVIMENTO À LUZ DA *POPULORUM PROGRESSIO*

Rogério Lopes da Costa*

RESUMO

A Encíclica *Populorum progressio* explicita a preocupação conciliar por um mundo em que há um grande impulso e oportunidades para o desenvolvimento econômico, e que, sendo mal distribuído, ocasiona desentendimentos entre os povos e se torna uma ameaça à paz mundial. A encíclica é dirigida a toda a humanidade, no intuito de sensibilizar a todos para o desenvolvimento integral que envolva a todos, oferecendo um projeto desenvolvimentista baseado em um sadio equilíbrio entre o ter e o ser, no aspecto concreto da injustiça do subdesenvolvimento, denunciando tudo o que contradiz a dignidade humana.

Palavras-chave: Encíclica *Populorum progressio*. Desenvolvimento integral. Dignidade humana

INTRODUÇÃO

Do pensamento do Papa Paulo VI ecoa as novidades do contexto eclesial preparado por João XXIII que foram desenvolvidas e assumidas pelo Concílio Vaticano II. A literatura desenvolvida durante o seu pontificado (encíclicas, cartas pastorais) tinha como pano de fundo a continuação e a consumação do que fora desenvolvido e trabalhado no Concilio Vaticano II, ou seja, no decorrer de seu pontificado, o Papa Paulo VI assume o desafio de colocar o Vaticano II em prática e com isso, ele se torna a alma e o animador desta imensa tarefa.

No tocante à Doutrina Social da Igreja o referido papa traz as inquietações e orientações que emergiram do Vaticano II: a preocupação com a justiça, com a dignidade humana e com a gritante desigualdade que assola o todo social. Essas preocupações foram evidenciadas em dois grandes documentos: a Encíclica *Populorum progressio* (nosso objeto de estudo) que explicita a preocupação conciliar por um mundo em que há um grande impulso e oportunidades para o desenvolvimento econômico, que, sendo mal distribuído, ocasiona

* Rogério Lopes da Costa é mestrando em Teologia pela Unicap-PE. E-mail: rogerionofm@hotmail.com

desentendimentos entre os povos e se torna uma ameaça à paz mundial. E a carta *Octogésima Adveniens* que responde à necessidade de aprofundar as consequências resultantes da participação ativa do cristão num mundo pluralista e seu compromisso na construção de uma sociedade mais justa, tolerante e democrática.

Paulo VI incorpora na *Populorum progressio* as discussões emergidas do Vaticano II, particularmente a preocupação pela Doutrina Social da Igreja, a fim de consolidar a justiça social ao cidadão com expressividade não somente local, mas internacional. Dá atenção especial às mediadas em favor dos menos favorecidos como uma continuidade em relação a constituição pastoral *Gaudium et spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje, redigida e aprovada no Concílio Vaticano II. O papa pretende aprofundar a temática abordada no referido documento conciliar, a respeito do desenvolvimento integral e solidário, e também expor as exigências que derivam desses princípios.

Outro aspecto a ser destacado é que a formulação dos objetivos da *Populorum progressio* (PP) está intimamente ligada ao horizonte mais amplo de todas as tarefas pós-conciliares:

> Ao terminar o Concílio Vaticano II, uma renovada tomada de consciência das exigências da mensagem evangélica obriga a Igreja a pôr-se a serviço dos homens para ajudá-los a entender todas as dimensões desse grave problema, e convencê-los da urgência de uma ação solidária nesta mudança decisiva da história da humanidade (PP 1).

A encíclica é dirigida a toda a humanidade, no intuito de sensibilizar a todos para um problema concreto: um desenvolvimento integral que envolva a todos.

1 O desenvolvimento integral e a perspectiva cristã de desenvolvimento

Um dos objetivos fundamentais da *Populorum progressio* é transmitir uma visão ética e cristã do desenvolvimento; este é um dos pressupostos que serve como pano de fundo para orientar a ação solidária, para a qual é lançado um apelo com caráter emergencial. A encíclica resgata também o legado histórico da Igreja em relação ao desenvolvimento dos povos:

> Fiel ao ensino e exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa Nova aos pobres, a Igreja

> nunca descurou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo. Os missionários construíram, não só Igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. Ensinado aos nativos a maneira de tirar melhor partido dos recursos naturais, protegeram-nos, com frequência, da cobiça dos estrangeiros. (PP 12)

Propondo um novo modelo de desenvolvimento Paulo VI reafirma a vocação da Igreja de ouvir e atender os clamores do seu povo. A partir deste novo desenvolvimento, a encíclica deseja oferecer algo que possa contribuir para o enfoque global dessa tarefa, e, por sua vez, considera como sua característica mais própria: uma visão global do homem e da humanidade (PP 13). Portanto, partindo deste conceito cristão de desenvolvimento podemos afirmar que ele está inserido em:

> [...] uma antropologia dinâmica: visão global do homem, concebida como uma vocação de Deus, que convida cada pessoa a caminhar em direção a seu próprio progresso, garante o seu dinamismo humano, que é tão característico da encíclica. Mas aquilo que, antes de tudo, é um dever pessoal também é um dever comunitário: o desenvolvimento integral do homem complementando-se com o desenvolvimento integral da sociedade concreta, em que cada pessoa se insere, e da humanidade inteira. (CAMACHO, 1991. p.324)

Para entender a proposta do novo modelo de desenvolvimento, a encíclica nos propõe de maneira pedagógica quatro etapas que nos ajudam a entender, em profundidade, a proposta cristã de desenvolvimento, vejamos:

1. “O desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento econômico” (PP 14): esta é uma afirmação trivial, que denuncia indiretamente a maneira pela qual, é direcionado o desenvolvimento em alguns países. A encíclica afirma, de maneira categórica, que o crescimento não pode ser medido em termos de crescimento de renda nacional ou da renda *per capita*, nem por outros indicadores que sejam norteados, exclusivamente, pelo viés econômico.

2. “Para ser autêntico, deve ser integral, isto é, promover todos os homens e todo o homem” (PP 14): com estas palavras a encíclica começa a esboçar a proposta de um desenvolvimento que compreende todas as dimensões da pessoa, e não se limita a atender apenas à satisfação das necessidades materiais.

3. “Tanto para os povos, como para as pessoas, ter mais não é o fim último. Todo o crescimento é ambivalente. Sendo necessário para permitir ao homem ser

mais, encerra-o em uma espécie de prisão, desde o momento em que se transforma no bem supremo, que impede de olhar mais além" (PP 19). Este enunciando traz a dicotomia crescente entre "ter" e "ser", nos recorda que "ter", que é algo necessário como meio, pode transformar-se em obstáculo para o "ser" na medida em que se transforma em fim.

4. "O verdadeiro desenvolvimento [...] é a passagem, para cada um e para todos, de condições de vida menos humanas às condições mais humanas" (PP 20). Com estas palavras chegamos ao final da parte introdutória do novo conceito de desenvolvimento, destacando o seu caráter dinâmico e ao mesmo tempo humano.

No subtítulo da encíclica *Populorum progressio* denominado: "ação a empreender" que corresponde aos números 22 a 41, há um enfoque predominantemente prático visando oferecer sugestões concretas para que um país adote o novo modelo de desenvolvimento:

> Desejaríamos ser bem compreendidos: a situação atual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas e vencidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. (PP 32)

Essas reformas urgentes, de maneira geral, podem ser estruturadas em quatro dimensões: uma reforma agrária (evitando uma improvisação), uma industrialização - desde que seja planejada e estruturada (cf. PP 29) -, um programa de inclusão social - desde que seja bem planejado e alheio ao liberalismo - e um programa de promoção espiritual no intuito de evitar a tentação do materialismo:

> Só a iniciativa individual e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos. São necessários programas para encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar a ação dos indivíduos e dos organismos intermediários. (PP 33)

O que se propõe, neste trecho da encíclica, é, portanto, uma ação coordenada em cada nação e articulada pelo Estado mediante um planejamento, em parceria com a iniciativa privada, tendo como foco um desenvolvimento de inclusão, ou seja, movido por uma clara intenção, não apenas de aumentar a produção, mas, acima de tudo, de reduzir as desigualdades e melhorar a distribuição da renda.

No tocante a efetivação deste novo projeto de desenvolvimento, a *Populorum progressio* enfrenta a temática da reforma agrária e do direito à propriedade reafirmando o posicionamento conciliar presente na *Gaudium et spes* sobre as temáticas elencadas: “Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade” (cf. GS 69). Com isso, a *Populorum progressio* não pretende apresentar uma doutrina geral sobre a propriedade privada, ela apenas apresenta princípios norteadores que visam iluminar as nações subdesenvolvidas na tentativa de efetivar a reforma agrária.

Contrária à ideia de propriedade privada, a encíclica nos diz que o destino universal da terra e dos bens que ela contém é de todos os homens e povos, assim, “a propriedade privada não constitui, para quem quer que seja, um direito incondicional e absoluto” (PP 23). Já que o debate sobre esta questão já tinha sido suscitado pela *Gaudium et spes*, a novidade trazida pela *Populorum progressio* é o pano de fundo: a desigualdade na distribuição de terra, um dos males recorrentes, nos países em desenvolvimento, como uma entre muitas expressões de uma forma individualista de entender a propriedade. O que a encíclica enfatiza claramente é a possibilidade de expropriação das terras, justificada sempre que sua posse ou uso entrar em conflito com as “exigências comunitárias primordiais” (PP 23), com o bem comum ou com a prosperidade coletiva (cf. PP 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos anteriormente, com a *Populorum progressio* surge o desejo de transformar o desenvolvimento econômico, sempre ambivalente, em um desenvolvimento humano, colocando o homem como prioridade e não o lucro e a produção. Com isso, a encíclica não deseja entrar em polêmicas, mas oferece um projeto desenvolvimentista baseado em um sadio equilíbrio entre o ter e o ser. Com esta proposta de desenvolvimento, elencada na referida encíclica, vemos como pano de fundo a atuação da Igreja como instância problematizadora da sociedade,

no tocante ao aspecto concreto da injustiça do subdesenvolvimento, denunciando tudo o que contradiz a dignidade humana.

Portanto, através da *Populorum progressio* o princípio de solidariedade assume um protagonismo determinante no sucesso e na efetivação deste novo modelo de desenvolvimento: integral e solidário. Com a solidariedade gera-se um tipo de relacionamento pelo qual cada um cresce na medida em que empenha seus valores, sua força, seus recursos e seu dinamismo na promoção do outro. Diante disso Paulo VI intui com clareza que é a partir desta coesão solidária que desenvolveremos no mundo uma cultura de fraternidade e da paz e ao mesmo tempo, uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. **Ética cristã e desafios atuais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ALVES, Antônio Aparecido. **Doutrina social da igreja**: um guia prático para estudo. Petrópolis: Vozes, 2014.

ÁVILA, Fernando Bastos de. APopulorum Progressio na tradição da doutrina social da Igreja. In. **Síntese Política Econômica Social**. v. 9, n.33, 1967. pp. 80-95.

BIGO, Pierre. **A doutrina social da igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.

BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos. **Fé cristã e compromisso social.** 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

CALLEJA, José Ignacio. **Moral social samaritana II:** Fundamentos e noções de ética política cristã. São Paulo: Paulinas, 2009.

CAMACHO, Idelfonso. **Doutrina social da igreja**: abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995.

CATECISMO da igreja católica. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Constituições, decretos, declarações**. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Como normatizar trabalhos acadêmicos**: projetos, monografias e artigos. 2ª ed. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2013.

DOCUMENTOS DA IGREJA. **Documentos de Paulo VI**. São Paulo: Paulus,1997.

DOCUMENTOS DA IGREJA. **Documentos do Celam**. São Paulo: Paulus, 2004.

IGREJA CATÓLICA**.** ***Evangelii gaudium***: Carta encíclica de sua santidade o papa Francisco sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

IGREJA CATOLICA. ***Laudato si***: Carta encíclica de sua santidade papa Francisco sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

IGREJA CATÓLICA. **Populorum progressio:** Carta encíclica de sua santidade o papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos. 14ª ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola,2005.

LOPES, Geraldo. **Gaudium et spes:** texto e comentário**.** São Paulo: Paulinas, 2011.